



CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

CIDASC | 2026



ANO BASE 2025

Aprovado pelo Conselho
de Administração, em 08 de abril de 2026



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	04
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	09
ASSEMBLEIA GERAL	11
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
DIRETORIA EXECUTIVA	11
CONSELHO FISCAL	11
COMITÊ DE ELEGIBILIDADE	11
COMITÊ DE CONDUTA E INTEGRIDADE	12
AUDITORIA INTERNA	13
CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	14
CONFORMIDADE E GERENCIAMENTO DE RISCO	17
3 FATORES DE RISCO	19
4 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO	23
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	25
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	27
DEPARTAMENTO ESTADUAL DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	29
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA	32
5 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA	34
GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL (ESG)	34
AValiação DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	35
POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DOS DADOS	35
NÚCLEO DE GESTÃO POR PROCESSOS – NUPROC	36
6 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	37

APRESENTAÇÃO

A **Carta Anual de Governança Corporativa** é um instrumento institucional obrigatório, emitido anualmente, que consolida, de forma estruturada e acessível, as principais informações sobre o sistema de governança, a gestão de riscos, os controles internos e os mecanismos de integridade adotados pela Cidasc, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 - Lei das Estatais. O documento reúne e divulga, entre outros aspectos, as atividades desenvolvidas, a estrutura de controle, os fatores de risco, os dados econômico-financeiros, bem como as políticas e práticas de governança corporativa, incluindo a composição e a remuneração da administração. Por determinação legal, o documento deve estar subscrito pelo Conselho de Administração e publicado no sítio eletrônico da Empresa.

Nesse sentido, a Carta Anual de Governança Corporativa da Cidasc - Ano Base 2025 tem por finalidade proporcionar uma compreensão clara e objetiva sobre o papel da Empresa, seus objetivos estratégicos e sua atuação no atendimento ao interesse público. Assim, busca-se demonstrar os fundamentos que justificam sua existência, a relevância de suas atividades, a necessidade de continuidade de suas operações e investimentos, bem como o alinhamento entre suas ações e as políticas públicas sob responsabilidade da Companhia. Ao apresentar de forma transparente suas práticas de governança e seus resultados, a Carta contribui para o aperfeiçoamento contínuo da gestão institucional e, principalmente, para o **fortalecimento da confiança** das partes interessadas na Cidasc.

Conforme descrito no artigo 1º do seu Regimento Interno, “a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc – é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SAPE, constituída conforme o disposto nos artigos 53, da Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, e da Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979, da Lei nº 6.431, de 25 de outubro de 1984, da Lei nº 7.454, de 26 de setembro de 1988, da Lei Complementar nº 741 de 12 de junho de 2019, e reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis às sociedades anônimas, registrada na JUCESC sob nº 423.000.12840 e inscrita no CNPJ sob o nº 83.807.586/0001-28, bem como pelo Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (lei de responsabilidade fiscal), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Estatuto Social e por este Regimento”

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc possui estrutura organizacional descentralizada para que seja possível abranger toda a extensão territorial do estado, atendendo os 295 municípios de Santa Catarina, direta ou indiretamente, por meio de Escritórios Locais de Atendimento à Comunidade (EACs) ou Unidades Veterinárias Locais (UVL) - Fig 01, organizadas em 19 Departamentos Regionais.

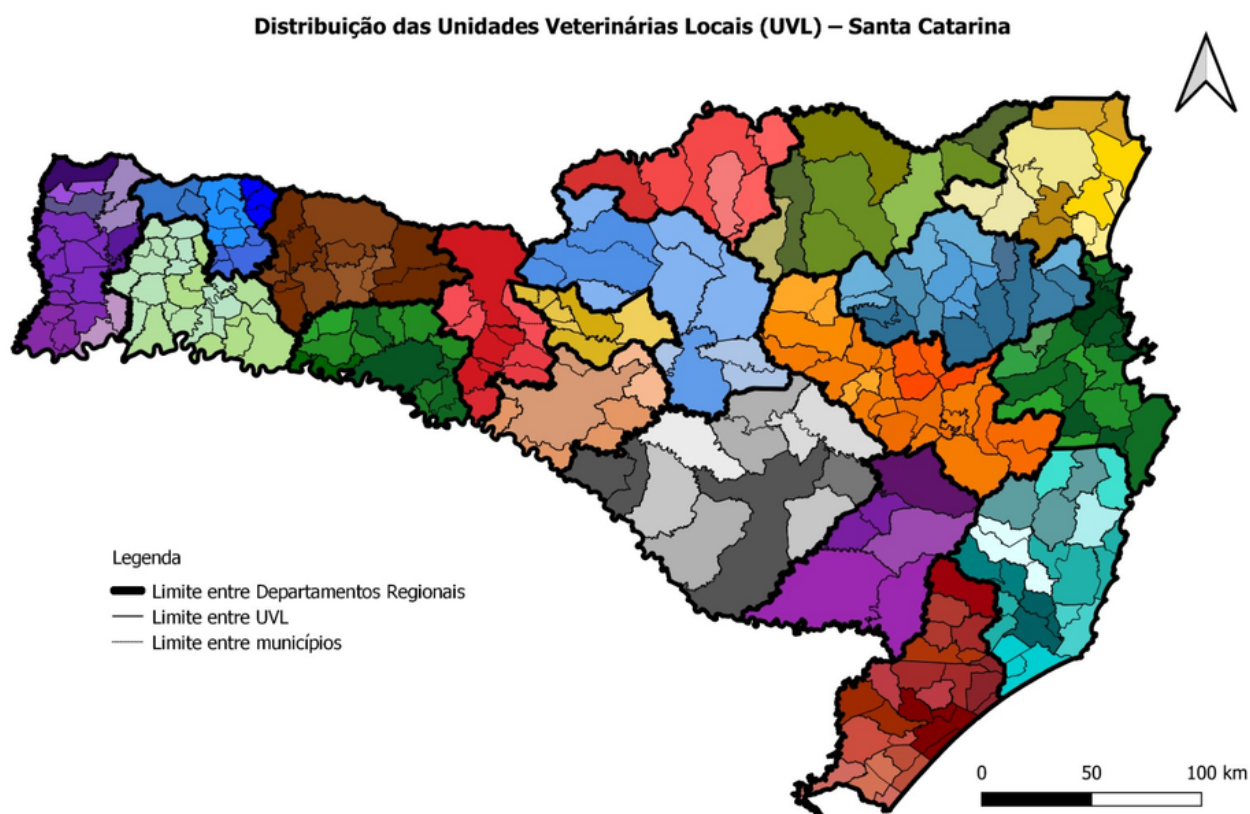


Figura 01. Distribuição das UVL's, destacando os Departamentos Regionais

Ainda, possui 53 Postos Fixos de Fiscalização de Trânsito distribuídos nas divisas com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, como também na fronteira com a Argentina. Por fim, possui 2 laboratórios, localizados nos municípios de Chapecó e Joinville, que prestam apoio às ações da Defesa Sanitária Animal, demonstrado no infográfico abaixo (Fig. 02).



Figura 02: Estrutura organizacional Cidasc

Com a Administração Central localizada no município de Florianópolis, as competências institucionais aplicadas à Cidasc estão estabelecidas pela Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, as quais se traduzem em executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção de produtos de origem animal.

Também atua na fiscalização da produção vegetal e na classificação de produtos de origem vegetal, atuando ainda na realização de análises laboratoriais relacionadas à produção e comercialização agropecuária, inclusive para controle de resíduos e qualidade dos produtos. Ademais, a Companhia busca assegurar tratamento favorecido e simplificado às agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no âmbito do sistema de inspeção e vigilância sanitária. O detalhamento completo destas encontra-se disponível no instrumento normativo que disciplina a atuação da empresa, disponível neste link.

Visando atendimento às competências institucionais acima apresentadas, foram estabelecidos, pelo documento “Estratégia de Longo Prazo 2022 - 2026”, os **objetivos estratégicos** da Cidasc, alinhados também ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa e às ações e instrumentos da Política Estadual de Desenvolvimento Rural - Lei Estadual 8.676/1992 relacionados à defesa sanitária animal e vegetal em Santa Catarina, como segue:

DEFESA AGROPECUÁRIA:

- Fortalecer o esforço de Defesa Agropecuária por meio de ações de educação sanitária, vigilância, fiscalização, inspeção, classificação e apoio laboratorial;
- Evitar o ingresso e controlar as doenças dos animais;
- Evitar o ingresso e controlar as pragas e doenças vegetais;
- Garantir a idoneidade dos insumos agrícolas;
- Garantir a inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal;
- Otimizar os processos operacionais de Defesa Agropecuária com base na consolidação de melhores práticas;

CORPORATIVO:

Estabelecer mecanismos para maximizar a profissionalização da organização e a retenção de seu capital humano;
Ampliar e modernizar a infraestrutura física e tecnológica;
Garantir a estabilidade do repasse de recursos (custeio e investimento) do Governo do Estado para a Cidasc.

A articulação entre as competências institucionais e a execução das ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos tem resultado na obtenção e manutenção de relevantes certificações sanitárias, tanto no âmbito da defesa sanitária animal quanto vegetal, consolidando Santa Catarina como referência nacional e internacional em sanidade agropecuária, em alinhamento à missão da Cidasc.

Atualmente, o Estado detém o status de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação e de Área Livre de Peste Suína Clássica, condições que possibilitam o acesso aos mercados mais exigentes do mundo para produtos de origem animal, especialmente nos setores de suinocultura e avicultura. Ainda, Santa Catarina é um destaque nacional em fruticultura, e o sucesso na erradicação e controle de pragas, como as que afetam a maçã e a banana, o que contribuiu para abertura de novas e importantes rotas de comercialização, tanto no mercado interno quanto para exportação (Fig 03).

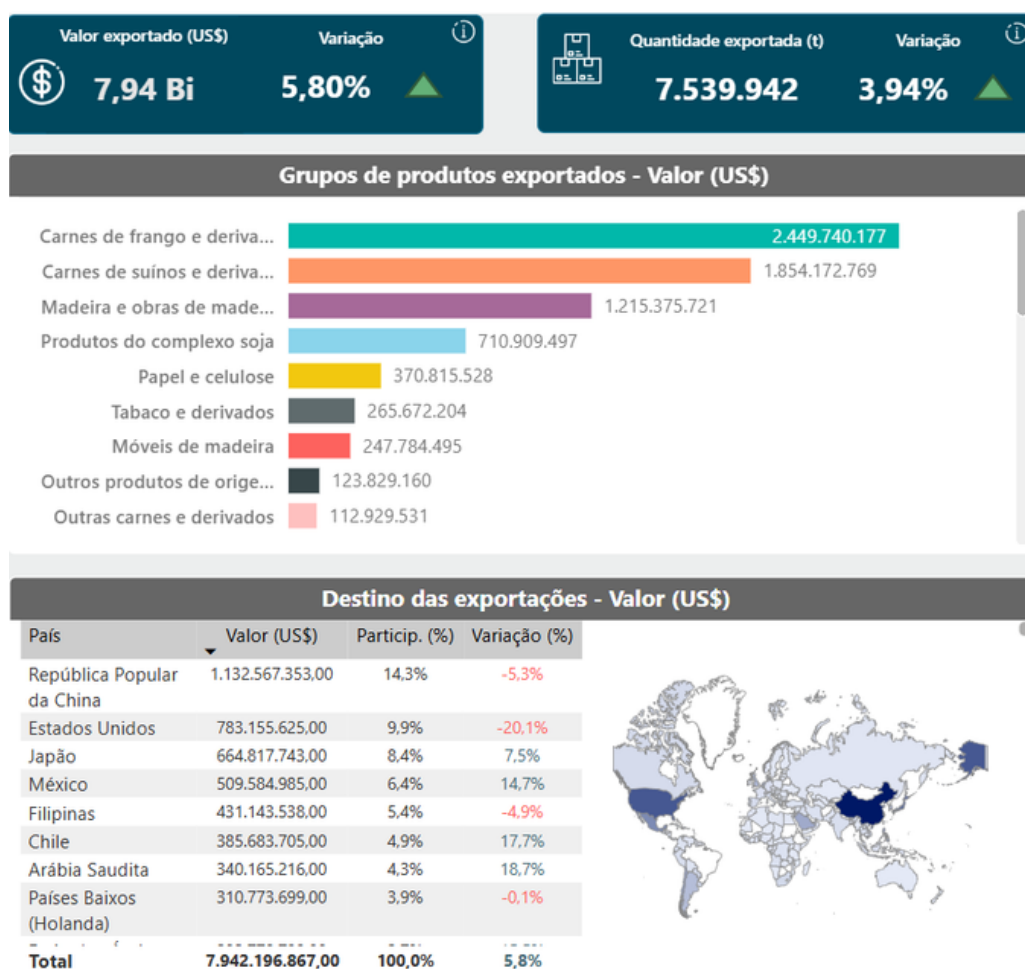


Figura 03. Produtos e destinos das exportações do Agro catarinense. Fonte: <https://www.observatorioagro.sc.gov.br>

Esse desempenho posiciona Santa Catarina como o maior produtor e maior exportador de carne suína do Brasil e o segundo maior produtor e exportador de carne de aves, mesmo possuindo apenas cerca de 1,18% do território nacional, evidenciando a elevada eficiência e competitividade do setor. Nesse contexto, o agronegócio representa aproximadamente 25% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, configurando-se como um dos principais vetores de desenvolvimento econômico e de geração de valor, com forte impacto na ampliação e sustentação das exportações catarinenses. Nesse cenário, destaca-se o papel estratégico da Cidasc como autoridade responsável pela defesa agropecuária e pela certificação sanitária oficial, atuando como agente cancelador das condições sanitárias exigidas pelos mercados nacionais e internacionais, o que é fundamental para viabilizar e manter o acesso dos produtos agropecuários catarinenses aos mercados mais exigentes do mundo.

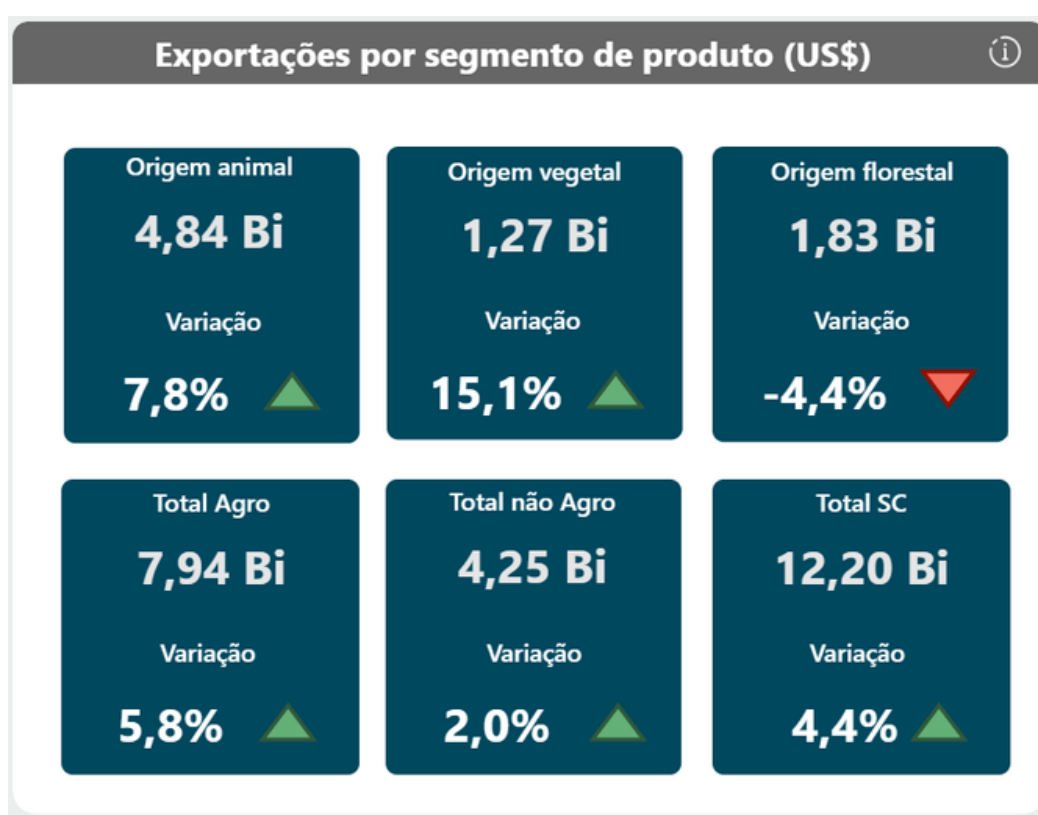


Figura 04. Representatividade do Agro nas exportações de SC. Fonte: <https://www.observatorioagro.sc.gov.br/>

Os dados apresentados na Fig 04 evidenciam o expressivo impacto do agronegócio nas exportações de Santa Catarina, conforme informações do Observatório do Agro, indicando que aproximadamente 65% do valor total exportado pelo Estado está vinculado ao setor, direta ou indiretamente relacionado à atuação da Cidasc enquanto autoridade sanitária - Serviço Sanitário Oficial (SVO). Embora não seja possível estabelecer uma relação direta e mensurável entre os custos operacionais da Cidasc e o retorno econômico gerado à sociedade, os dados evidenciam que a adequada manutenção de suas atividades é fundamental para a sustentabilidade do setor, sendo razoável inferir que a insuficiência de recursos destinados à Companhia poderia acarretar impactos expressivos para a economia e para a sociedade catarinense como um todo.

Destaca-se, ainda, a relevância da atuação da Cidasc na garantia do alto padrão sanitário e de qualidade dos produtos agropecuários, disponibilizados para consumo das famílias catarinenses. Trata-se de um benefício que não pode ser plenamente mensurado em termos financeiros, mas que possui impacto direto e significativo na proteção da saúde pública, na segurança alimentar e na qualidade de vida da população.

Em razão de sua natureza jurídica e de sua atuação estratégica na defesa agropecuária, a Cidasc não dispõe de estrutura própria de arrecadação suficiente para o pleno desempenho de suas atribuições públicas. Portanto, o Tesouro Estadual constitui sua principal fonte de financiamento, sendo complementado, em menor proporção, por recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento e Sanidade Rural (FDTC) e por receitas próprias. A composição das receitas próprias está detalhada na Tabela 01, conforme a previsão orçamentária para o exercício de 2026.

Natureza da Receita	Valores previstos (LOA 2026)
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária – Animal	R\$2.173.664,00
Outras Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	R\$28.032,00
Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos	R\$1.836.491,00
Taxa dos Serviços de Inspeção Estadual	R\$42.043,00
Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal	R\$65.757,00
Defesa Sanitária Animal	R\$13.507,00
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	R\$986.425,00
Multa por Auto de Infração	R\$717.362,00
Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores	R\$422.604,00
Outras Indenizações – Poderes e Adm. Indireta	R\$18.007,00
Taxa de Defesa Sanitária Vegetal	R\$971.417,00
Multas e Juros da Dívida Ativa de Outras Receitas – Poderes e Adm. Indireta	R\$667.783,00
TOTAL	R\$7.943.092,00

Tabela 01. Previsão de receitas próprias, conforme LOA 2026

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa representa uma forma de conduzir a empresa a partir de práticas e processos que visem sua integridade e desenvolvimento, buscando a sinergia entre todas as áreas da empresa para a condução de políticas públicas e prestação de serviços de interesse da sociedade. O Sistema de Fóruns Municipais da Companhia é o instrumento que regula formalmente a estrutura organizacional da Empresa e sua configuração, atualmente, é representada pelo organograma abaixo:

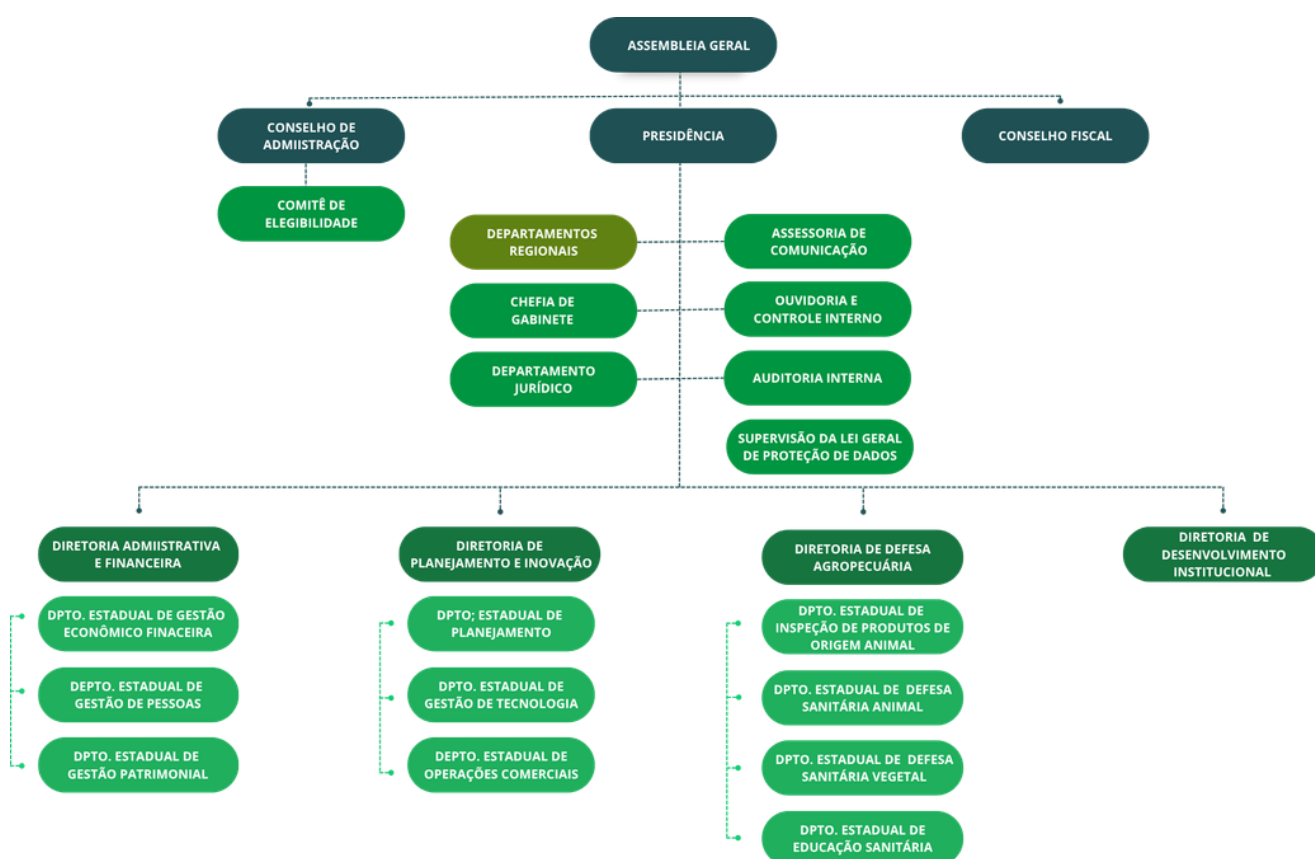


Figura 05. Organograma institucional Cidasc. Fonte : Relatório de Gestão - Cidasc 2025

Como empresa pública, a Cidasc cumpre todos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto Estadual 1007/2016 e pelo Decreto Estadual nº 1.484/2018. A partir da estrutura administrativa da empresa, a Cidasc implementou e mantém instrumentos de gestão, normas e políticas baseados no “Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa” do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), donde destacamos seus cinco pilares:

5 PILARES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

INTEGRIDADE

Estimulamos na Cidasc a adesão consciente e voluntária a comportamentos éticos que estejam alinhados com os objetivos da organização e com os compromissos firmados junto à sociedade. Temos responsabilidade na prevenção e mitigação de decisões viciadas por conflitos de interesse, assegurando a coerência entre discurso e prática em todos os níveis da Empresa. A Integridade apresenta-se como princípio fundamental para o fortalecimento do capital reputacional, confere uma imagem mais positiva do serviço público, aumentando a confiança da sociedade no Estado e do próprio Estado em suas instituições.

TRANSPARÊNCIA

Além do atendimento às exigências legais e regulatórias, a Cidasc adota instrumentos adicionais de transparência, divulgados periodicamente, com o objetivo de ampliar o acesso à informação e fortalecer a prestação de contas. Entre esses instrumentos, destacam-se as Demonstrações Financeiras, a divulgação da remuneração dos administradores, a Carta Anual de Governança Corporativa, o Relatório e o Parecer de Controle Interno, o Certificado de Controle Interno e o Relatório da Auditoria Interna, evidenciando o compromisso da Companhia com a transparência e a boa governança. Segundo o IBGC, a promoção da transparência favorece o desenvolvimento dos negócios e estimula um ambiente de confiança.

EQUIDADE

Relaciona-se ao dia a dia da Companhia e ao tratamento justo, isonômico e imparcial de todas as partes interessadas, incluindo seus colaboradores, independentemente de cargo ou função, considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, tanto individual quanto coletivamente.

Motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de oportunidades, e respaldada por documentos institucionais como o Código de Conduta e Integridade, a equidade contribui para a construção de um ambiente organizacional mais inclusivo, para a redução de conflitos internos e externos e para a promoção de decisões mais justas, responsáveis e sustentáveis.

RESPONSABILIZAÇÃO

A responsabilização, como princípio de governança corporativa, está incorporada às práticas da Companhia, orientando a atuação dos colaboradores na tomada de decisões e na responsabilidade por seus atos e respectivos impactos. Esse princípio se materializa por meio da prestação de contas e da adoção de mecanismos de controle que asseguram a adequada condução das atividades. Nesse contexto, a Cidasc reforça a importância de que todos assumam as consequências de seus atos, decisões e omissões, contribuindo para o fortalecimento da confiança das partes interessadas e da credibilidade institucional, com vistas a gerar “Valor” à instituição.

SUSTENTABILIDADE

A Companhia incorpora o princípio da sustentabilidade em sua atuação, orientando suas decisões com base em uma visão de longo prazo e na integração de diferentes dimensões de valor — financeira, humana, social, ambiental e intelectual. Adota práticas alinhadas às diretrizes ESG, com foco em planejamento estratégico, inovação responsável e gestão de riscos climáticos e sociais, considerando os impactos de suas atividades. Essa abordagem fortalece a resiliência institucional, contribui para a reputação junto às partes interessadas e assegura a perenidade das atividades da Companhia.

Nesse modelo de **Governança Corporativa** adotado pela Cidasc, o órgão máximo de tomada de decisão é a Assembleia Geral. A administração da Companhia é composta, ainda, pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, contando também com o Comitê de Elegibilidade e o Comitê de Conduta e Integridade, como segue:

Assembleia Geral

Conforme o Estatuto Social da Cidasc, a Assembleia Geral constitui o órgão máximo de deliberação, responsável por decidir sobre os negócios da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/1976. Compete-lhe, entre outras atribuições, deliberar sobre alterações no capital social e no Estatuto Social, bem como eleger e destituir os membros do Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pela deliberação estratégica e pela orientação dos negócios da Companhia, atuando na supervisão da diretoria executiva. É composto por membros indicados pelo Governo do Estado, representante eleito pelos empregados e o presidente da Cidasc, este último sem direito a voto. Compete-lhe aprovar e monitorar decisões de governança, supervisionar os sistemas de conformidade e gestão de riscos e acompanhar o desempenho institucional.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração e representação da Companhia, assegurando seu funcionamento em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Compete-lhe aprovar e executar planos, programas e orçamentos, apresentar relatórios de desempenho, aprovar normas e procedimentos operacionais e elaborar o planejamento da gestão de riscos. Também é responsável por cumprir as deliberações dos órgãos de governança.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão permanente de fiscalização da Companhia, com atuação colegiada e individual, responsável por acompanhar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

Compete-lhe, ainda, opinar sobre o relatório anual da administração e sobre matérias a serem submetidas à Assembleia Geral, incluindo alterações de capital social, planos de investimento e orçamentos.

Comitê de Elegibilidade

Conforme o Estatuto Social da Cidasc, O Comitê de Elegibilidade é um órgão colegiado, independente, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por finalidade, entre outras, a de verificar a conformidade do processo de indicação e avaliação de membros indicados para compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Empresa, com competência para auxiliar o governo do estado na indicação.

Comitê de Conduta e Integridade

Por meio da Portaria nº 15.925, de 16 de junho de 2025, foi atualizada a composição do Comitê de Conduta e Integridade da Cidasc, instância integrante da estrutura de governança corporativa da Companhia.

Ao Comitê compete a gestão, a revisão e a atualização do Código de Conduta e Integridade, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.303/2016 e da Lei nº 17.715/2019, que estabelecem a obrigatoriedade de elaboração e divulgação desse instrumento. Atualmente, o Comitê é composto por representantes do Controle Interno e Ouvidoria, do Departamento Jurídico, gestor de Departamento Regional e da área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, assegurando uma atuação multidisciplinar e alinhada às melhores práticas de governança, ética e integridade institucional. No ano de 2025 foram realizadas 15 reuniões do colegiado, com foco principal na atualização do código de conduta e integridade e também na análise às consultas sobre situações que poderiam caracterizar situações de conflito de interesses.

Neste sentido, a Cidasc atua na prevenção e gestão de situações que possam caracterizar a possível existência de conflito de interesse, cabendo ao Comitê de Conduta e Integridade analisar às consultas sobre o tema(Gráf. 01).

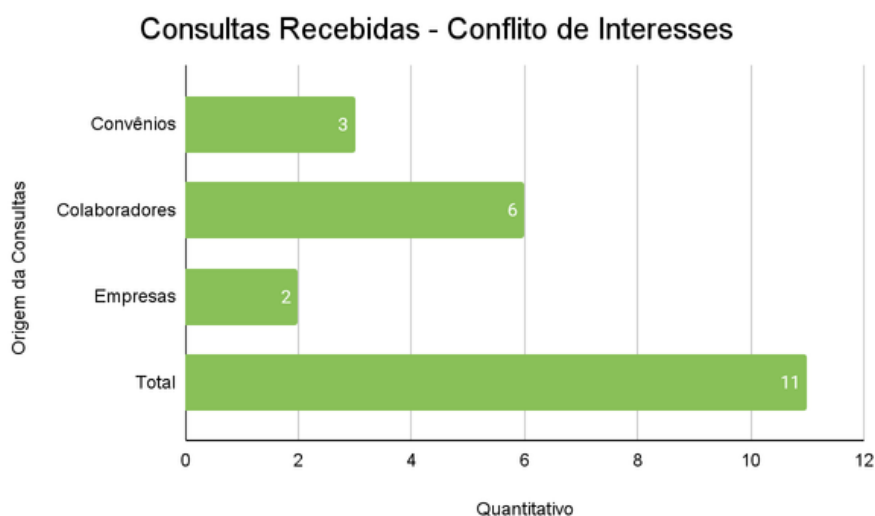


Gráfico 01: Consultas ao Comitê de Conduta e Integridade sobre a possível existência de Conflito de Interesses.

Nos termos da Lei 12813/2013, considera-se conflito de interesses a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Quando não identificados ou não gerenciados adequadamente, estes comprometem a imparcialidade das decisões a serem tomadas pelos agentes públicos e constituem fator de risco à integridade institucional, podendo evoluir para a ocorrência de fraude e corrupção.

Ainda, a Cidasc tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os princípios que regem a administração pública e para isso conta com Sistema de Controle Interno atuando no “Modelo das Três Linhas” do “The Institute of Internal Auditors - IIA”, representado na imagem abaixo (Fig. 05).

O Modelo das Três Linhas do The IIA



Figura 06. Modelo das Três Linhas do IIA

A primeira linha de defesa é composta pelos responsáveis por monitorar e controlar os processos de trabalho dentro dos seus setores de atuação. Cada responsável de área/atividade, como por exemplo, faz parte da primeira linha de defesa no Sistema de Controle Interno.

A segunda linha de defesa é composta por funções de controles internos, de gestão de risco e de conformidade.

Essas funções, que também estão submetidas ao controle e direção da alta administração, são implementadas para garantir que os controles e os processos de gerenciamento de riscos executados pela primeira linha de defesa funcionem de acordo com o estabelecido, principalmente por meio do monitoramento contínuo. Ainda, é a segunda linha que realiza o monitoramento da primeira linha pela avaliação da eficácia das práticas de gestão de riscos.

Por fim, compõe a terceira linha de defesa do Sistema de Controle Interno da Cidasc a Auditoria Interna na função de aferir os controles internos e a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações da organização, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, controle interno, integridade, governança e da confiabilidade dos processos de preparo das demonstrações financeiras. Ainda, reforçando a informação acima, integra a terceira linha de defesa no Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA). No âmbito da Cidasc, a unidade encontra-se vinculada ao Diretor-Presidente, conforme estabelece o Decreto nº 1.007/2016, atuando com independência e autonomia técnica, livre de interferências indevidas, para o pleno exercício de suas atribuições.

O Relatório de Atividades da Auditoria Interna referente ao exercício de 2025 evidencia a execução das ações previstas no Plano Anual de Atividades, com a emissão de 32 relatórios, além do monitoramento de trabalhos iniciados no exercício anterior e do atendimento a demandas institucionais.

As atividades abrangeram o acompanhamento de 846 prestações de contas de diárias, com índice de inconsistência inferior a 1%, o monitoramento do Banco de Horas e a análise de solicitações de ressarcimento em Departamentos Regionais, nas quais se observou redução significativa de inconsistências, de 70% em 2024 para 29% em 2025, após a implementação de normativo interno. Também foram auditados processos licitatórios e realizados acompanhamentos relacionados ao controle de frequência, com tratamento das inconsistências identificadas.

A execução parcial de algumas auditorias inicialmente previstas decorreu da limitação do quadro de pessoal da Auditoria Interna ao longo do exercício, aliada à priorização de demandas supervenientes, sendo os trabalhos remanescentes incorporados ao planejamento de 2026. Ainda assim, a Auditoria Interna manteve sua atuação independente e objetiva, contribuindo para o fortalecimento da governança corporativa, por meio da avaliação dos processos de gestão de riscos, controles internos e conformidade, bem como pela emissão de recomendações voltadas ao aprimoramento da eficiência, da transparência e da integridade na gestão institucional, com a geração de valor para a empresa e para a sociedade.

Controle Interno e Ouvidoria

O Departamento de Controle Interno e Ouvidoria (CIOUV) é uma unidade vinculada diretamente à Presidência da Cidasc, tendo como órgão orientador a Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina - CGE. Suas atribuições institucionais estão descritas no Regimento interno da Cidasc, podendo ser acessadas pelo link.

Ainda, o CIOUV tem a missão de trabalhar em harmonia com os demais departamentos da companhia, auxiliando na melhoria de processos, propondo aprimoramento nas normativas e regulamento internos, criando controles adequados para prevenção de erros e monitorando os procedimentos administrativos. Cabe ainda ao CIOUV dar suporte à direção da Companhia na tomada de decisão e ser um dos fomentadores da cultura da integridade e conformidade da Companhia.

Em 2025, foram expedidas as seguintes recomendações e providências adotadas no exercício pelo Controle Interno (Tab. 02):

RECOMENDAÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADO OBTIDO
Criação de regulamento interno para eleição dos representantes dos empregados no Conselho de Administração e Diretoria	PRESIDÊNCIA	Proposta de Regulamento elaborada e apresentada à Diretoria para deliberações;	Em análise;
Disponibilizar treinamento para membros de comissão de procedimentos disciplinares referente a apuração de casos de assédio	PRESIDÊNCIA	Realizado treinamento realizado pelo corpo técnico da Controladoria Geral do Estado - CGE/SC.	Membros de comissões mais preparados e motivados para execução dos trabalhos;

Tabela 02: Recomendações Controle Interno - 2025

Por sua vez, a Ouvidoria da Cidasc tem como objetivo desempenhar o papel de mediador entre o cidadão e a empresa. O trabalho realizado pela Ouvidoria da Cidasc se pauta pelos princípios básicos da Administração Pública, além do princípio da Proteção ao Denunciante, garantindo que não haja qualquer tipo de retaliação aos autores das demandas de ouvidoria.

O cidadão exerce seu direito de manifestação, através do canal de Ouvidoria, podendo registrar sua solicitação, reclamação, denúncia, pedido de acesso a informação, sugestão e elogio.

A partir de 2024, passaram a ser contabilizadas as demandas provenientes de diversos canais de comunicação da companhia. Até então, apenas os registros feitos no canal oficial da Ouvidoria Geral do Estado (OGE) eram considerados.

Como resultado desse novo método de contabilização, o total de atendimentos realizados pela equipe da Ouvidoria da Cidasc em 2025 alcançou 451 registros, dos quais 111 não eram de competência das Cidasc ou não possuíam as informações suficientes para averiguação

Os atendimentos que resultaram em algum tipo de intervenção pela Cidasc foram 340 manifestações (Tab 03), que tiveram como origem o canal de ouvidoria:.

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
Demandas Externas	267
Demandas Internas	73

Tabela 03: Tipos de manifestação do Controle Interno - 2025

Dos principais tipos de manifestações externas, destacam-se demandas referentes a irregularidades na identificação e transporte de bovinos, falhas na garantia do bem-estar animal, irregularidades em agroindústrias, uso de agrotóxicos, entre outras questões diretamente ligadas à atuação técnica da empresa. Nesse sentido, a ouvidoria representa uma importante ferramenta de vigilância sanitária, sendo mais um canal de comunicação da Cidasc para com a sociedade.

O levantamento das manifestações recebidas pela Ouvidoria (Gráfico 02) revela que a área de Defesa Sanitária animal foi a mais demandada, representando 39,7% das manifestações. Em seguida, a área Administrativa respondeu por 24,1% das manifestações, enquanto a área de Inspeção concentrou 23,5% das demandas. Já a Defesa Sanitária Vegetal registrou 11,8%, e as manifestações especificadas como "Outras" , que não pertencem ao escopo de atuação da Cidasc, representaram 0,9% do total.

Essa distribuição evidencia a relevância da Inspeção e da Defesa Sanitária Animal e Vegetal dentro das demandas da Ouvidoria, reforçando a necessidade de aprimoramento contínuo dos serviços e do atendimento ao público nessas áreas.

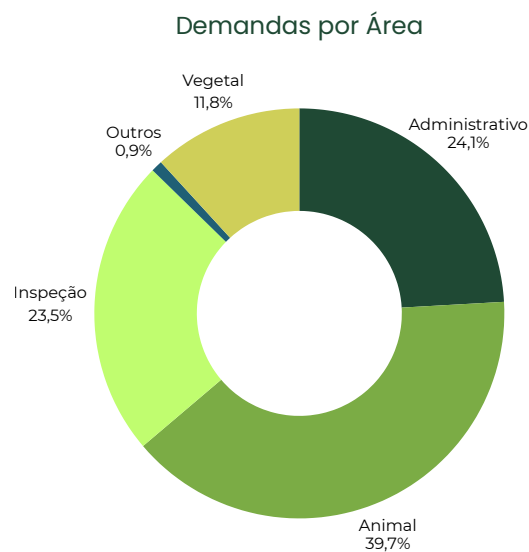


Gráfico 02. Manifestações recebidas, por área demandada

Do total de demandas que resultaram algum tipo de fiscalização, conforme demonstra o gráfico abaixo, 50,7% (cinquenta) se mostraram improcedentes para 40,6% de procedentes, enquanto 8,7% foram inconclusivas. Quando procedentes, as demandas resultam em medidas adicionais, tais como notificações e multas, quando questões técnicas, ou procedimentos administrativos quando demandas internas.

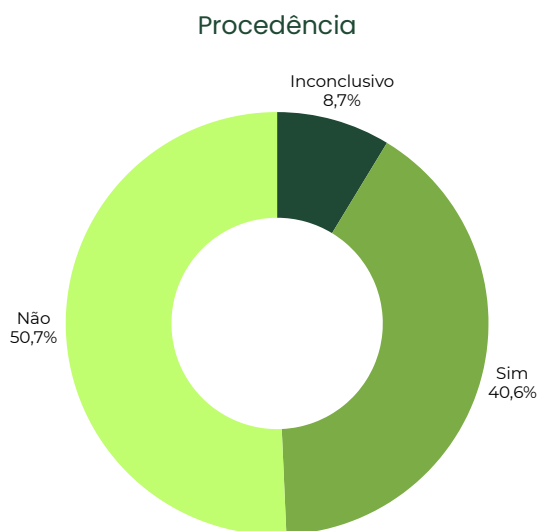


Gráfico 03. Classificação das demandas da Ouvidoria quanto à procedência.

Adicionalmente, o Gráfico 04 demonstra que, do total de consultas registradas na Ouvidoria, desconsideradas aquelas classificadas como inconclusivas, 44,9% das ações foram consideradas procedentes, enquanto 55,1% foram enquadradas como improcedentes.

Procedência das ações



Gráfico 04. Classificação das demandas de Ouvidoria quanto à procedência (excluídas as inconclusivas)

Para uma visão detalhada das demandas de ouvidoria, incluindo comparações com anos anteriores, recomendamos consultar o Relatório de Ouvidoria 2025, disponível no site da Cidasc.

Conformidade e Gerenciamento de Risco

A lei 13.303/2016 prevê que “a empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam: ...II - área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos;”. Ainda, em atendimento a norma, esta deverá estar vinculada ao diretor-presidente e liderada por diretor estatutário, o Diretor de Desenvolvimento Institucional, estando previstas no Estatuto Social da Cidasc as atribuições da área, bem como os mecanismos que assegurem atuação independente. Para tanto, foi constituída, em outubro de 2024, a Supervisão de Conformidade e Gerenciamento de Risco - SCGER, responsável por promover a integridade e a boa governança na empresa, assegurando a aderência à normas e políticas, prevenindo riscos e conflito de interesses, e fortalecendo a cultura de integridade e gestão responsável em todas as áreas organizacionais.

No primeiro ano de atuação da SCGER, as ações de capacitação técnica em temas como compliance, integridade, gestão de riscos (COSO) e governança em empresas estatais possibilitaram a estruturação de uma atuação transversal junto às diversas instâncias da Cidasc, integrando o gerenciamento de riscos e a conformidade às rotinas estratégicas e operacionais da organização. Conforme evidenciado no Gráfico 05, essa atuação articulada com diferentes estruturas de governança demonstra que a área de conformidade transcende a função estritamente normativa, assumindo papel estratégico no apoio à tomada de decisões, na prevenção de riscos e na promoção da ética corporativa.

Atuação transversal da SCGER com estruturas de governança

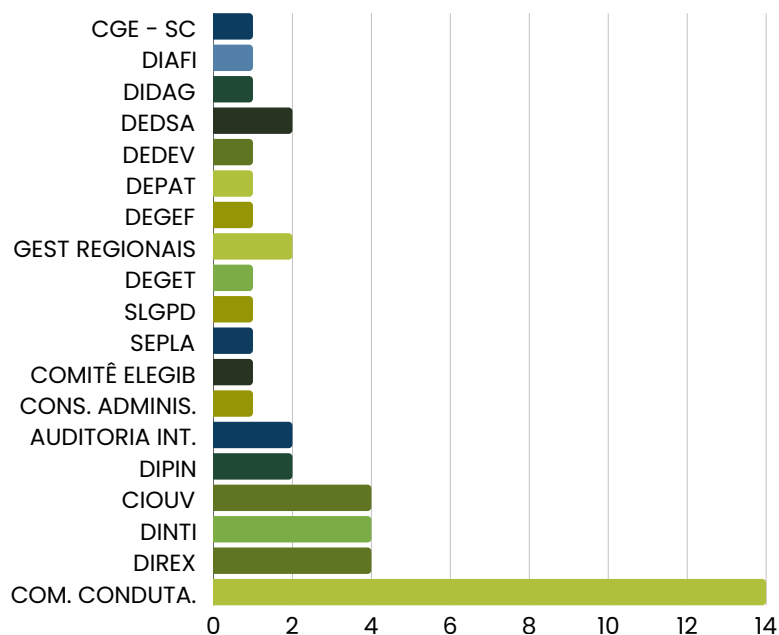


Gráfico 05. Quantidade de atividades realizadas pela SCGER em articulação com outras estruturas de governança

Essa abordagem transversal assegura que os princípios de integridade, transparência e responsabilidade sejam disseminados em todos os níveis da organização — do Conselho de Administração às áreas operacionais —, contribuindo para o fortalecimento da governança, o aumento da confiança das partes interessadas e a efetividade dos resultados institucionais.

Ainda, a SCGER coordena as ações de gerenciamento dos riscos de integridade mapeados no Plano de Integridade 2023–2024, acompanhando a implementação de ações mitigadoras. Destacam-se, entre as ações implementadas, iniciativas de capacitação de gestores com a realização do II Encontro de Gestores da Cidasc, atualização do Código de Conduta e Integridade, prevenção e gestão das situações que possam configurar conflito de interesses e do fortalecimento dos processos administrativos disciplinares, capitaneado, este último, pelo Departamento de Controle Interno e Ouvidoria - Ciouv.

Por fim, a SCGER também é parte integrante do Programa SC Rural 2 - Sustentabilidade e Inovação, como membro do Grupo de Trabalho “Unidade de Iniciação do Projeto - UIP”, na função de Especialista em Riscos Ambientais e Sociais, sendo responsabilidade a verificação da conformidade no cumprimento aos requisitos ambientais e sociais assumidos frente ao Banco Mundial. Especificamente aos padrões sociais estabelecidos, cabe destacar o “Programa de Prevenção e Resposta a Situações de Assédio, Abuso e Exploração Sexual”, o “Plano de Ação de Gêneros”, a “Estratégia de Atuação junto aos Povos Tradicionais”, além dos “Mecanismos de Queixa” (Ouvidoria).

3. FATORES DE RISCO

RISCOS DE INTEGRIDADE

Conforme definido em seus objetivos, o Plano de Integridade da Cidasc visa estabelecer processos de identificação e mitigação de riscos de integridade, agindo como conjunto de ações coordenadas que buscam nortear o comportamento de nossos colaboradores, identificando deficiências relativas à integridade dentro da organização e constituindo uma importante ferramenta na busca do desenvolvimento institucional. Sua construção foi orientada pela Controladoria Geral do Estado - CGE.

Após a identificação e a classificação dos riscos de integridade quanto ao seu nível, foram definidas as medidas e ações de mitigação que estão sendo implementadas em todos os departamentos da Empresa, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia a eventuais vulnerabilidades. A gestão e o acompanhamento dessas ações estão sob responsabilidade da SCGER, que atua de forma contínua no monitoramento da efetividade das medidas adotadas, promovendo ajustes sempre que necessário e contribuindo para o fortalecimento da integridade e da governança institucional.

Como já demonstrado na Carta Anual de Governança Corporativa em edições anteriores, a Matriz de Riscos de Integridade (Tab 04), construída no biênio 2023/2024, está assim estruturada:

Identificação do Risco	Descrição do Risco	Descrição do Risco
Risco 1	Interferência externa/política e conflito de interesses	Interferência externa/política e conflito de interesses
Risco 2	Infração disciplinar e desvio de conduta	Infração disciplinar e desvio de conduta
Risco 3	Conflito de relacionamento no ambiente de trabalho	Conflito de relacionamento no ambiente de trabalho
Risco 4	Ineficiência na atuação dos gestores	Ineficiência na atuação dos gestores
Risco 5	Ineficiência avaliação de desempenho e ausência de feedbacks	Ineficiência avaliação de desempenho e ausência de feedbacks
Risco 6	Inefetividade dos processos disciplinares	Inefetividade dos processos disciplinares
Risco 7	Falta de padronização de procedimentos internos das áreas administrativas	Falta de padronização de procedimentos internos das áreas administrativas
Risco 8	Utilização indevida de veículos oficiais	Utilização indevida de veículos oficiais

Tabela 04: Matriz de Riscos de Integridade, conforme Plano de Integridade - 2023/2024

Em 2025, foram desenvolvidas ações relevantes para o avanço da Companhia na mitigação dos riscos de integridade, destacando-se a realização do II Encontro de Gestores da Cidasc, a atualização do Código de Conduta e Integridade e o aprimoramento das práticas de prevenção e gestão de situações que possam configurar conflito de interesses. Destaca-se, ainda, a busca pelo aumento da eficiência dos Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD), por meio da elaboração de seu Procedimento Operacional Padrão (POP) e da realização de treinamentos sobre suas rotinas, com a participação da Controladoria-Geral do Estado (CGE). Por fim, registra-se a evolução na construção do Plano de Capacitações da Empresa.

RISCOS EM SANIDADE AGROPECUÁRIA

No documento institucional “Estratégias de Longo Prazo 2022 - 2026”, a Cidasc elenca os riscos sanitários inerentes à sua atuação, considerando seu potencial impacto sobre a produção agropecuária, a saúde pública, o acesso a mercados, além do grande impacto negativo na economia de Santa Catarina. Esses riscos são tratados de forma estruturada, com definição de ações de mitigação e acompanhamento contínuo, conforme descrito abaixo:

Risco 01. Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária.

Ação de mitigação: Revisão da legislação de defesa agropecuária e entrega de minuta para poder legislativo;

Defesa das minutas de legislação apresentadas à Assembleia Legislativa, de modo a não permitir a precarização das legislações e, por consequência, comprometer o trabalho desenvolvido pela Companhia; Revisão da legislação de agrotóxicos e sementes e mudas; Criação de legislação estadual sobre Inspeção Vegetal.

Risco 2. Introdução de reservatórios ou fômites contaminados com doenças ou pragas e perda de status sanitário:

Ação de mitigação: Fortalecimento da estrutura e educação sanitária, fiscalização de trânsito e ampliar o efetivo humano; Aplicar Planos De Contingência Elaborados pelas áreas técnicas.

Risco 3. A falta de compreensão dos produtores rurais frente a atuação de fiscalização da Cidasc:

Ação de mitigação: Ampliar as ações de educação sanitária; Campanhas em mídias sociais de conscientização da população por meio de articulação entre Cidasc/Sape/Secom; Análise de resultados de questionários aplicados.

Risco 4. Incerteza e volatilidade em relação ao custeio da empresa pelo Tesouro do Estado:

Ação de mitigação: Busca Diversificação de Receitas Para Custear a Defesa Agropecuária (convênios, Programa SC Rural 2, Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), tesouro do Estado; Articulação Diretoria Executiva para garantir estabilidade de repasses, com fonte perene de recursos do Governo do Estado para a Cidasc.

Risco 5. Ingerência política

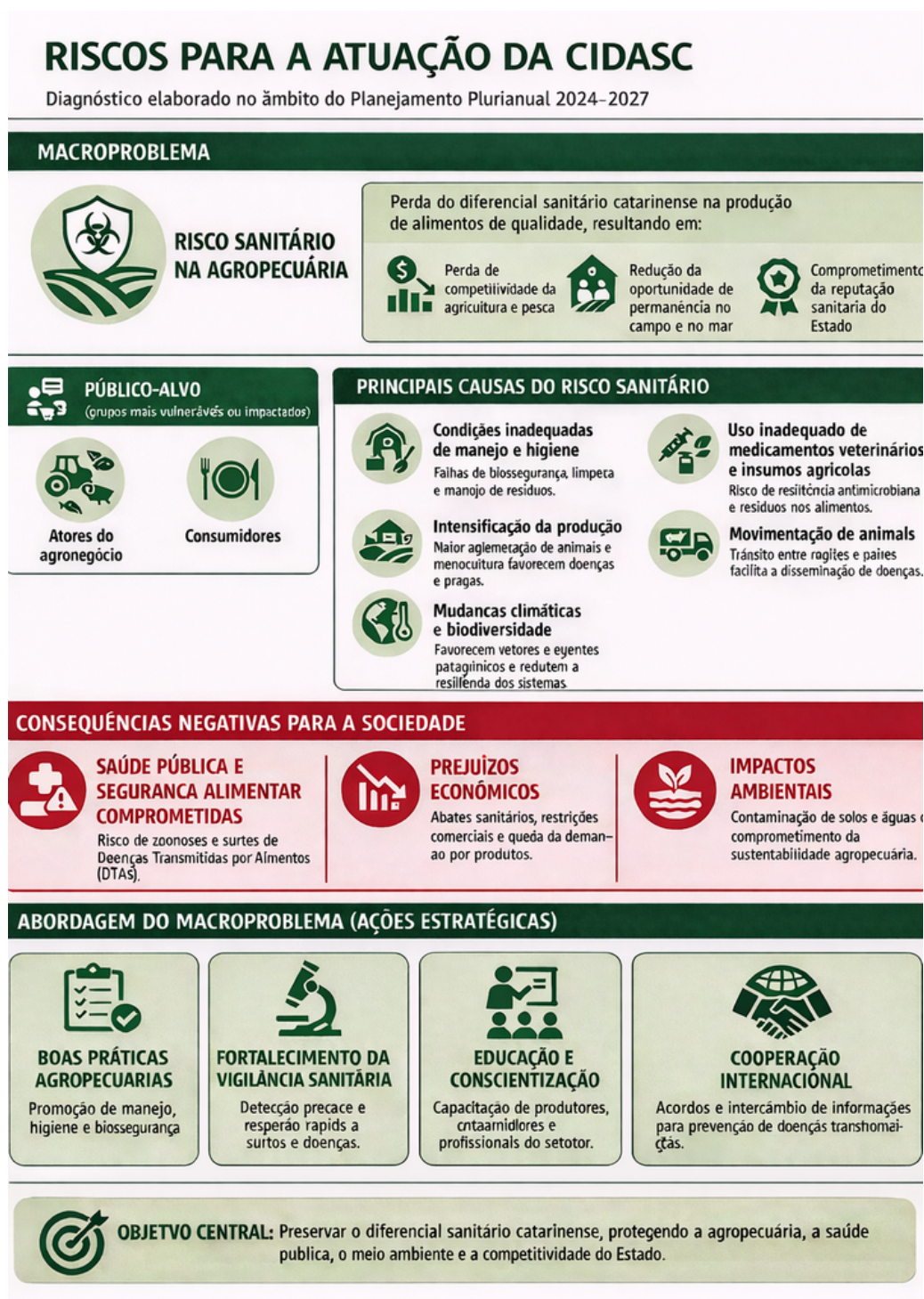
Ação de mitigação: Articulação entre entes que podem ser afetados (agroindústrias, federações, associações representativas do agronegócio)

Risco 6. Ocorrência de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) em decorrência da perda de controle dos processos produtivos pelas agroindústrias registradas na Cidasc

Ação de mitigação: Fortalecimento da estrutura da Cidasc, com ampliação das ações de fiscalização e auditoria



Ainda, referente à Riscos em Sanidade Agropecuária, mas no âmbito da elaboração do Plano Plurianual 2024–2027, quando da elaboração do diagnóstico setorial agropecuário, e a partir de metodologia própria de abordagem de riscos, foram identificados os elementos desta análise descrita a seguir, denominado “Risco Sanitário na Agropecuária” como macroproblema relevante. Diante da competência institucional da Cidasc sobre o tema, esse risco foi priorizado no planejamento estratégico da Companhia. A descrição detalhada desse risco encontra-se disponível no documento Plano de Negócios Anual 2026 – Cidasc e como complemento, apresenta-se, a seguir, um infográfico (Fig. 07) com representação esquemática dos principais elementos do macroproblema.



4. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

Para manter e fortalecer o agronegócio catarinense, auxiliando na geração de competitividade para a cadeia produtiva, a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, bem como a manutenção das Certificações Sanitárias já conquistadas, faz-se necessário uma estrutura de Defesa Agropecuária qualificada, em sintonia com os requisitos mundiais e com suas ações respaldadas pela legislação. Por ser uma empresa pública economicamente dependente dos recursos do governo, conforme já explicitado anteriormente, o nível de autonomia de ação da Cidasc é, em partes, limitada.

Abaixo apresentam-se os gastos por grupo de natureza de despesas (Tab 05):

GASTOS POR GRUPO DE NATUREZA de Despesas *Despesas Liquidadas*	2022	2023	2024	2025
31 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 229.863.840,63	R\$ 240.168.669,46	R\$ 246.604.045,75	R\$ 2618.981,34.58
33 - Outras Despesas Correntes	R\$ 36.656.277,27	R\$ 36.781.948,59	R\$ 42.875.692,83	R\$ 44.589.239,33
44 - Investimentos	R\$ 26.153.592,69	R\$ 3.386.524,99	R\$ 3.496.435,63	R\$ 2.164.075,93
45 - Inversões Financeiras		R\$ 5.595,75		
Total Geral	R\$ 292.673.710,59	R\$ 280.342.738,79	R\$ 292.976.174,21	R\$ 308.342.296,60

Tabela 05 . Gastos por grupo de natureza de despesas - Fonte Sigef.



Com relação ao atingimento das metas constantes no Acompanhamento Físico-Financeiro das ações da Cidasc (Tab. 06), no ano de 2025, elencam-se os seguintes dados:

440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	Meta Física 2025			Meta Física 2026	Execução Financeira 2025
Objeto de Execução / Produto e Unidade de Medida / Período Início	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado
Fiscalização nos estabelecimentos sob inspeção permanente e periódica (Estabelecimento inspecionado unidade)	2.000	2.713	135%	2.000	R\$388.894,00
Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas) e coletas de amostras.	7.000	6.628	95%	7.000	R\$1.754.197,00
Classificação de produtos de origem vegetal (Certificados emitidos)	1.745	1.412	81%	1.745	R\$102.020,00
Fiscalização de propriedades rurais (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas unidade)	25.500	26.377	103%	25.500	R\$10.713.230,00
Educação Sanitária (pessoas capacitadas)	4.500	6.012	134%	5.000	R\$128.074,00

Tabela 06 . Acompanhamento Físico-financeiro das Ações Cidasc - Fonte SIGEF

COMENTÁRIO SOBRE DESEMPENHO:

Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DEINP)

O Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP - registra e fiscaliza os estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Estadual - SIE, contribuindo ativamente com ações direcionadas à segurança e qualidade dos produtos de origem animal, que devem obrigatoriamente ser submetidos à inspeção sanitária. Seus indicadores de desempenho estão apresentados na tabela abaixo (Tab 07):

INDICADOR	OBJETIVO	MÉTRICA	META	RESULTADO*
Índice de atendimento da frequência de fiscalização baseada em risco	Verificar o cumprimento da meta de fiscalização / auditoria baseada na análise de risco, em estabelecimentos de inspeção permanente e periódica, conforme estabelecido no	Nº de fiscalizações em estabelecimentos de inspeção permanente e periódica / Nº total de fiscalizações conforme frequência definida no POPSIE 003	100%	100%
Índice de conformidade das amostras oficiais de produtos de origem animal	Monitorar os resultados das análises de amostras oficiais com o intuito de verificar a segurança e qualidade dos produtos ofertados ao consumidor, direcionando a necessidade das ações sanitárias nos estabelecimentos registrados pelo SIE Cidasc. Microbiológico / Físico-químico)	Nº de amostras conformes / Nº total de amostras	87,90%	89%
Ampliação de mercado por meio da adesão de agroindústrias ao SISBI e/ou concessão de Selo Arte	O fomento ao SISBI e Selo ARTE serão atividades estratégicas para fortalecer o agronegócio catarinense.	Nº de concessão de selos SISBI + Nº de concessão de Selos Arte	120	120%

Tabela 07: Indicadores Deinp. Fonte: Plano de Negócios 2026.

Em 2025, foram registradas 16 novas agroindústrias no Serviço de Inspeção Estadual (SIE), totalizando 471 estabelecimentos ativos. No âmbito da ampliação de mercado, a Cidasc também é responsável pela concessão do SISBI, que permite a comercialização de produtos de origem animal em todo o território nacional, tendo sido registradas 21 novas adesões no período, alcançando 154 agroindústrias catarinenses habilitadas. Paralelamente, foram concedidos 179 novos Selos ARTE, destinados a produtos genuinamente artesanais de pequenos produtores catarinenses, totalizando 442 certificações no Estado. Essas iniciativas evidenciam a atuação da Companhia na valorização da produção agroindustrial e na ampliação das oportunidades de comercialização, por meio da promoção de padrões sanitários e de qualidade reconhecidos nacionalmente.

Com o objetivo de assegurar a saúde única, foram realizadas, em 2025, mais de 7.741 ações fiscalizatórias, incluindo fiscalizações de rotina, auditorias, supervisões, combate à fraude, ações conjuntas, atendimento a denúncias e coletas oficiais. Além das atividades in loco, a Cidasc promove o monitoramento contínuo da qualidade dos produtos por meio de análises laboratoriais, tendo coletado 955 amostras de produtos de origem animal, que resultaram em mais de 3.413 análises. Desse total, 88,49% apresentaram conformidade com os parâmetros microbiológicos e físico-químicos, evidenciando a efetividade das ações de inspeção e o compromisso do setor com a segurança alimentar e a qualidade dos produtos disponibilizados à população.

A capacitação do setor produtivo faz parte da estratégia da Cidasc que tem como objetivo qualificar as cadeias produtivas. A Cidasc ofertou 25 cursos diferentes na área de inspeção sanitária de produtos de origem animal, capacitando e certificando 3753 profissionais em diferentes atividades ligadas à agroindústria.

Por fim, objetivando melhorar a qualidade do rebanho bovino de Santa Catarina e incrementar a renda do produtor rural catarinense, em 2025, foram repassados por meio de incentivo financeiro, R\$28.365.970,71 à 2.493 produtores rurais cadastrados no Programa Novilho Precoce (Tab 08), sendo abatidos 193.188 bovinos dentro do programa.

ATIVIDADES	2024	2025
SISBI Novos Estabelecimentos	18	21
SISBI Total de Estabelecimentos	138	154
Selo Arte Novas Certificações	133	179
Selo Arte Total de Certificações	225	442
Programa Novilho Precoce Repases (R\$)	16.302.819,10	28.365.970,71
Programa Novilho Precoce Bovinos abatidos	150.298	193.188

Tabela 08. Evolução anual conforme atividade.

Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (DEDEV)

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (DEDEV) da Cidasc assume uma responsabilidade estratégica e fundamental para o agronegócio de Santa Catarina. Seu trabalho sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização garante que a produção e o comércio de plantas, partes de vegetais e produtos de origem vegetal estejam livres de pragas que possam comprometer nosso patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do Estado. Os indicadores de desempenho, metas e resultados, compõem a tabela 09, abaixo:

INDICADOR	OBJETIVO	MÉTRICA	META	RESULTADO
Amostras de origem vegetal em conformidade em relação aos resíduos de agrotóxicos	Monitorar os resultados das análises de resíduos de agrotóxicos é primordial para preservar a saúde pública e o meio ambiente, assim como auxilia o trabalho dos técnicos da Cidasc na orientação e punição das inconformidades;	Nº de amostras conformes / Nº total de amostras	90%	90,40%
Conformidade das amostras de sementes	Sementes de qualidade resultam em maior produtividade, queda no uso de insumos agrícolas e maior renda ao produtor rural. Monitorar os resultados das análises de sementes é importante indicadores de produtividade.	Nº de amostras conformes / Nº total de amostras	78%	70,30%

Tabela 09 . Indicador, meta e desempenho - Ano 2025.

Ainda, em 2025, o Departamento de Defesa Sanitária Vegetal alcançou resultados notáveis, consolidando seu papel protetor:

- 5.297 inspeções de pragas realizadas.
- 2.637 levantamentos fitossanitários.
- 404 coletas de amostras para diagnose fitossanitária.
- 830 fiscalizações de vazio sanitário.

Um foco especial foi dado às 6.200 unidades de produção inscritas no processo de certificação fitossanitária, garantindo a manutenção do status livre de pragas como *Cydia pomonella*, Fogo Bacteriano das rosáceas, Moko da bananeira e Cancro da Videira. Este rigoroso processo permitiu a comercialização de produtos como maçãs, bananas e uvas para outros estados e países, com o trânsito da produção viabilizado pela emissão de 78.849 Permissões de Trânsito Vegetal (PTVs), um incremento de 3,2% em relação ao ano anterior.

Outra iniciativa de grande sucesso da Cidasc é o e-Origem, que expandiu seu alcance, atingindo 6.490 produtores e registrando um crescimento de 3,4% no ano.

Rigor na Fiscalização de Insumos Agrícolas

A atuação da Cidasc na fiscalização de insumos agrícolas é reconhecida como destaque no cenário nacional. Em 2025, foram efetuadas 5.039 fiscalizações abrangendo comerciantes, usuários e profissionais do setor, com o objetivo primordial de assegurar o uso seguro de produtos, minimizando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Na frente de controle de qualidade, a Companhia alcançou recorde anual com a coleta de 1.141 amostras de produtos de origem vegetal, sendo 622 no Programa Estadual de Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos e 511 no Programa Alimento Sem Risco. O índice de conformidade da produção convencional no programa da Cidasc atingiu 90,3%, o melhor resultado da série histórica.

No controle de qualidade de sementes, foram analisadas 384 amostras, com índice de aprovação de 77,63%, o melhor resultado anual, reforçando a qualidade da produção agrícola. A Cidasc também intensificou a fiscalização do destino de embalagens de agrotóxicos, com 73 ações em centrais de recolhimento e 24 em recicladoras, além de participar de campanhas itinerantes. No Cadastro Estadual de Agrotóxicos, foram analisadas 2.508 solicitações em 2025, assegurando a conformidade com a legislação.

Avanços na Inspeção Vegetal e Classificação de Produto

A área de Inspeção Vegetal avançou no processo de adesão ao SISBI-POV, com a minuta de lei, elaborada em conjunto com a SAPE, já aprovada pela PGE e em tramitação junto à Casa Civil e ao Grupo Gestor de Governo. A iniciativa é fundamental para o reconhecimento do SIE-POV no Estado, tendo sido implementado plano de ação para atendimento às exigências. Complementarmente, foi concluído o Diagnóstico Situacional de Bebidas, que subsidia a definição de estratégias para o fortalecimento da atividade.

Na Classificação de Produtos de Origem Vegetal, foram classificadas mais de mil toneladas em 2025, com a emissão de 1.414 certificados de qualidade, destacando-se feijão, cebola e arroz. A Cidasc também renovou parceria com a AFUBRA para acompanhar a comercialização de tabaco em folha, realizando mais de 750 plantões e 8.200 atendimentos a produtores em pontos de comercialização no Estado.

Selo de Conformidade Cidasc (SCC): Qualidade e Competitividade

O Programa Selo de Conformidade Cidasc (SCC) apresentou resultados expressivos em 2025, certificando empresas que atendem a rigorosos requisitos de qualidade em processos e produtos de origem vegetal, com auditorias periódicas para manutenção dos padrões. O selo constitui diferencial competitivo, atestando a segurança e qualidade dos produtos, já presentes em mais de 20 países. No período, foram registradas 16 agroindústrias certificadas e 9 em processo de certificação, com destaque para o setor de arroz, que concentra cerca de 38% da produção beneficiada no Estado em processo de certificação pelo SCC.

Departamento Estadual Defesa Sanitária Animal (DEDSA)

A Defesa Sanitária Animal consiste em um conjunto de ações estratégicas para garantir a segurança zoossanitária dos rebanhos de animais de produção catarinenses. Seus objetivos centrais são preservar a saúde animal, a saúde pública e o meio ambiente, integrando tudo em uma só saúde - OneHealth, além de fortalecer o agronegócio e consequentemente a economia catarinense, promovendo o acesso a mercados internos e externos. Suas ações são desenvolvidas pelo Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal, cujas metas e respectivos resultados de desempenho encontram-se demonstrados na tabela 10, abaixo:

INDICADOR	OBJETIVO	MÉTRICA	META	RESULTADO
Atendimento a notificação de suspeita de doenças emergenciais dentro do prazo (exceto IAAP em aves silvestres)	Acompanhar a velocidade nos atendimentos às notificações de doenças, visto que a rápida resposta é crucial para eliminar possíveis focos de doenças.	Nº de atendimentos a notificação de suspeita de doenças emergenciais dentro do prazo (12h + 4h) para casos com notificação após 16h, sob avaliação do médico veterinário/ Nº total de atendimentos a notificação de suspeita de doenças emergenciais	91%	94,12%
Percentual de propriedades atendidas (sem repetição)	Avaliar a presença da Cidasc nas propriedades rurais. Estar presente no campo, próximo ao produtor rural, é estratégico para a defesa sanitária animal.	Nº de atendimentos a notificação de suspeita de doenças emergenciais dentro do prazo (12h + 4h) para casos com notificação após 16h, sob avaliação do médico veterinário/ Nº total de atendimentos a notificação de suspeita de doenças emergenciais	10,5% das propriedades cadastradas (213.210 com animais)	10,66%
% de execução dos programas de vigilância em saúde animal	Verificar a execução do plano de trabalho dos programas de Vigilância em Saúde animal.	Nº de atendimentos a notificação de suspeita de doenças emergenciais dentro do prazo (12h + 4h) para casos com notificação após 16h, sob avaliação do médico veterinário/ Nº total de atendimentos a notificação de suspeita de doenças emergenciais	100% (meta 2025 = 17.352)	100,00%

Tabela 10. Indicador, meta e desempenho - Ano 2025.

Ainda, o Departamento desenvolve ações estratégicas, destacando-se:

Status sanitário e diferenciais de Santa Catarina

Atualmente, Santa Catarina detém reconhecimento internacional da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como zona livre de febre aftosa sem vacinação e Área Livre de Peste Suína Clássica, já destacados anteriormente neste documento.

Adicionalmente, o Estado teve aprovado pelo Mapa o Plano de Ação para obtenção do status de risco A3 para brucelose e tuberculose, evidenciando o desenvolvimento de ações estratégicas no âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT. Com foco na erradicação dessas doenças, a Cidasc mantém ações de busca ativa, saneamento de focos e controle do trânsito de bovídeos destinados à reprodução, tendo realizado mais de 1,08 milhão de exames em 2025.

Fiscalização, vigilância e trânsito animal

As ações de fiscalização da Cidasc possuem um forte viés educativo, orientando produtores sobre a legislação e a importância de manter o status sanitário diferenciado do estado.

Foram realizadas 476.509 ações de fiscalização de trânsito, evidenciando a amplitude das atividades de vigilância sanitária animal. No controle de trânsito, registraram-se 1.678.764 Guias de Trânsito Animal (GTAs) e a distribuição de 1.339.037 brincos de identificação individual para rastreabilidade de bovinos e bubalinos. Adicionalmente, foram atendidas 1.681 notificações de suspeitas de doenças de controle oficial, que ensejaram a realização de investigações sanitárias, coleta de amostras, adoção de medidas de contenção e, quando necessário, a implementação de ações de saneamento, reforçando a importância da comunicação tempestiva para a efetividade do sistema de defesa sanitária animal.

Enfrentamento à Influenza Aviária (IAAP)

A prevenção da Influenza Aviária de Alta Patogenicidade permanece prioritária, diante da circulação do vírus na América do Sul desde 2022, especialmente considerando que Santa Catarina é o segundo maior produtor e exportador de carne de aves do país, com abate de mais de 934 milhões de aves. Em 2025, foram realizadas 216 investigações de suspeitas, com 30 coletas de amostras, sendo registrado um único caso em aves de subsistência, prontamente controlado, sem novos registros na zona de vigilância. A atuação integrada entre os setores público e privado foi fundamental para a rápida resposta e contenção do evento.

Certificação de propriedades livres de brucelose e tuberculose

Santa Catarina registrou 3.287 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose no ano de 2025, maior número quando comparado aos demais estados brasileiros. A cadeia produtiva do leite foi essencial nesse estímulo, consolidando Santa Catarina como o 4º maior produtor nacional.

Biosseguridade em granjas tecnificadas de suínos

Em 2025, a Sape publicou a Portaria nº 50/2025, que estabelece regras mais rigorosas de biosseguridade para granjas tecnificadas de suínos em Santa Catarina, com prazos de adequação até 2026/2027. As medidas visam prevenir doenças como peste suína clássica e africana e preservar o status sanitário do Estado, responsável por mais da metade das exportações brasileiras de carne suína.

Missões técnicas nacionais e internacionais

A Cidasc recebeu missões técnicas do Chile, Peru e Japão, que validaram a qualidade e a segurança dos produtos catarinenses, contribuindo para a manutenção e ampliação das exportações. Também atuou como referência ao receber serviços veterinários estaduais, compartilhando experiências em temas como identificação individual de bovinos e vigilância de brucelose e tuberculose.

Laboratórios

Como órgão oficial de defesa agropecuária, cabe à Cidasc executar diversos programas sanitários para prevenir, controlar e, se possível, erradicar doenças dos animais de produção. O suporte laboratorial foi decisivo para esses resultados:

- **Laboratório de Joinville:** Realizou 269 diagnósticos de raiva e 6.125 testes de triagem (AAT) para brucelose em abatedouros. Produziu também 689 kits de transporte para os programas nacionais de sanidade avícola (PNSA) e febre aftosa (PNEFA).
- **Laboratório de Chapecó:** especializado em brucelose, realizou 4469 testes de triagem (AAT) e 687 testes confirmatórios por Polarização da Fluorescência (FPA). O laboratório, credenciado pelo Mapa desde 2014, é pioneiro no estado no uso da técnica de FPA para diagnósticos definitivos.



Sequenciador de DNA - Departamento Regional de Joinville

Departamento Estadual de Educação Sanitária (DESAN)

O sucesso da defesa agropecuária catarinense é uma construção coletiva e depende do envolvimento de toda equipe técnica, dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e do engajamento da sociedade em geral.

Neste contexto, a Educação Sanitária é uma atividade estratégica e instrumento da defesa agropecuária que é realizada diariamente por meio de orientações aos produtores e à sociedade, de cursos e capacitações ofertados gratuitamente e das ações dos projetos educativos desenvolvidos.

Em 2024, foi criado o Departamento Estadual de Educação Sanitária (DESAN), visando estruturar e organizar o setor para dar mais impulso às atividades educativas que já eram realizadas de forma sistemática em todas as atividades da companhia, bem como fomentar novos projetos e ações educativas institucionais relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal, qualidade dos produtos de origem animal e vegetal, subprodutos e insumos agropecuários. Os indicadores, metas e desempenho estão representados na tabela 11:

OBJETIVO	MÉTRICA	META	RESULTADO
Educação de escolares, disponibilizando e construindo com os alunos o conhecimento referente à defesa agropecuária, promovendo mudanças cognitivas, proporcionando novos comportamentos a longo prazo.	Nº de alunos	3.520 (3200 + 10%)	6012
Os cursos institucionais da plataforma do ENA é uma ferramenta eficaz e de baixo custo que fortalece o setor. Acompanhar o número de alunos que concluem os cursos proporciona uma avaliação na qualidade destes e sua aplicabilidade com o dia a dia da atividade.	Nº de total de certificados emitidos / Nº total de inscrições	50% Resultado de 2024 (46,5%) + 3.5%	49,49%
Eventos macrorregionais direcionados para profissionais Responsáveis Técnicos (RTs), profissionais Habilitados junto aos serviços oficiais e médicos-veterinários interessados, visando atualizar informações a respeito da prática responsável na defesa agropecuária.	nº de eventos	10	10

INDICADOR	OBJETIVO	MÉTRICA	META	RESULTADO
Capacitações externas: Conformidades nas ações de Médicos Veterinários RTs e Habilitados	Eventos macrorregionais direcionados para profissionais Responsáveis Técnicos (RTs), profissionais Habilitados junto aos serviços oficiais e médicos-veterinários interessados, visando atualizar informações a respeito da prática responsável na defesa agropecuária.	nº de eventos	10	10
Capacitações externas: Conformidade em relação aos resíduos de agrotóxicos	Ações educativas direcionadas para profissionais Responsáveis Técnicos (RTs) e produtores, visando boas práticas no uso correto e seguro dos agrotóxicos.	Nº de amostras conformes / Nº total de amostras	90%	90,40%
Capacitações Internas: Plano de capacitações Técnicas Internas.	Plano de Capacitações Técnicas Internas, para qualificação ainda maior do quadro de colaboradores.	Elaboração do plano de capacitações Técnicas Internas.	100%	100%

Tabela 11. Indicador, meta e desempenho - Ano 2025

No ano de 2025 a Companhia trabalhou com 23 instituições de ensino técnico e superior e 120 escolas de ensino fundamental. Mais de seis mil alunos receberam orientações e capacitações voltadas para uma só saúde, sendo 1512 educandos no programa Sanitarista Acadêmico e 4500 educandos no programa Sanitarista Júnior.

Em 2025 a Cidasc realizou 75800 orientações em suas atividades de rotina, tanto em ações educativas coletivas quanto individuais, junto a produtores rurais, estabelecimentos, consumidores e público em geral. Também foram realizadas mais de 2400 ações educativas envolvendo cursos, treinamentos, palestras, reuniões, ações em mídias (rádio, TV e conteúdos audiovisuais). Ainda, foram realizados oito eventos em parceria com o CRMV/SC - Vet Consciente, alcançando 321 profissionais médicos veterinários capacitados.

Na área de Educação à Distância (Sanitarista EAD), a Companhia ofertou 28 cursos em Educação à distância, dentro das seguintes áreas:

- Inspeção de Produtos de Origem Animal: 3753 certificados emitidos
- Defesa Sanitária Vegetal: 27 certificados emitidos
- Defesa Sanitária Animal: 365 certificados emitidos

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL (ESG)

O Comitê Ambiental da Cidasc (CAC) intensificou suas atividades em 2025, promovendo ações concretas de sustentabilidade. Um diagnóstico abrangente mapeou o consumo de energia, água e materiais de escritório, além da gestão de resíduos e da qualidade de vida no trabalho. Com base nesse levantamento, foram implementadas iniciativas como: distribuição de copos e canecas ecológicas a todos os colaboradores; fornecimento de copos de vidro personalizados para reuniões e eventos; aquisição de fragmentadoras de papel e balanças para mensuração e destinação correta dos resíduos.

Resultados do diagnóstico realizado em 2025, com base em informações de 2024 (Tab. 12):

ITENS	QTDDE ANUAL	UNIDADE	CUSTOS R\$	CONSUMO MÉDIO/PESSOA**
Energia elétrica	1.829.623	Kwh	776.614,52	1.251 KW ou R\$ 530,83
Combustíveis	271.871,65	Litros	1.638.614,47	11,49 KM/L ou R\$ 6,03/L
Água (rede)	5.603	m³	98.905,70	3,83 m3 ou R\$ 67,60
Copo descartável 180 a 200 ml	1054	Cento	4.785,16	72 copos ou R\$ 3,27
Papel ofício	1730	Resmas 500 fls	31.018,90	591 folhas ou R\$ 21,20

Tabela 12. Diagnóstico ESG - Ano 2025

*Para energia elétrica e água deve-se utilizar como referência as faturas pagas.

**Para veículos, consumo médio/veículo-categoria do veículo.

Essas ações reforçam o compromisso da Cidasc com a sustentabilidade ambiental, o uso racional dos recursos e o bem-estar no ambiente de trabalho.

AVALIAÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A avaliação periódica da alta administração, estabelecido pela Lei 13.303/2016, constitui importante instrumento de fortalecimento da governança corporativa, permitindo ao Conselho de Administração acompanhar o desempenho dos gestores e assegurar o alinhamento da gestão ao planejamento estratégico e aos princípios da administração pública. Na Cidasc, esse processo, previsto no “Regulamento Sistemático de Avaliação de Desempenho dos Administradores da Cidasc”, é conduzido pelo Comitê de Elegibilidade, com base em critérios objetivos previamente estabelecidos, considerando indicadores de desempenho, metas pactuadas, competências de gestão e aderência aos princípios de legalidade, transparência, integridade e eficiência.

Conforme os resultados consolidados da avaliação da alta administração no período analisado, 01/01/2024 a 31/12/2024, observou-se elevado nível de atendimento aos critérios estabelecidos. Na avaliação em grupo da Diretoria Executiva, 91,93% dos itens avaliados foram classificados como “atendidos totalmente” ou “atendeu acima das expectativas”, enquanto na autoavaliação deste grupo, o percentual alcançou 94,31%.

No âmbito do Conselho de Administração, a avaliação em grupo indicou que 94,23% dos itens avaliados receberam essas mesmas classificações, ao passo que, na autoavaliação dos Conselheiros, esse índice atingiu 97,11%, evidenciando bom desempenho da alta administração e aderência às práticas de governança e gestão adotadas pela Companhia.

Além de contribuir para o aprimoramento contínuo da gestão e para a adequada prestação de contas à sociedade, a avaliação da alta administração reforça a cultura de responsabilidade e foco em resultados no âmbito da organização. Ao submeter a própria liderança a mecanismos formais de avaliação, a Companhia promove a cultura da “responsabilização” e estabelece um exemplo institucional de integridade e liderança pelo exemplo (“tone at the top”), fortalecendo a disseminação das boas práticas de governança em todos os níveis da organização.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DOS DADOS

A Supervisão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (SLGPD) da Cidasc, gestora da Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais, é a instância responsável por promover a adequada aplicação da legislação de proteção de dados no âmbito da Companhia, assegurando que o tratamento de dados pessoais ocorra em conformidade com as normas vigentes, com respeito aos direitos dos titulares e em observância aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, transparência e segurança. Sua atuação possui caráter orientativo, preventivo e de apoio técnico às áreas internas, incluindo a elaboração de orientações, análise de processos administrativos e assessoramento quanto ao tratamento e compartilhamento de dados pessoais. Ademais, compete à SLGPD fomentar a cultura institucional de proteção de dados, por meio de ações de conscientização e disseminação de boas práticas.

No exercício de 2025, a Supervisão da LGPD atuou na análise de demandas relacionadas à proteção de dados pessoais, oriundas principalmente de consultas internas e da avaliação de cláusulas contratuais. No período, foram registradas 13 consultas internas, realizadas 3 análises contratuais e recebidas 3 manifestações de titulares de dados via SGPe.

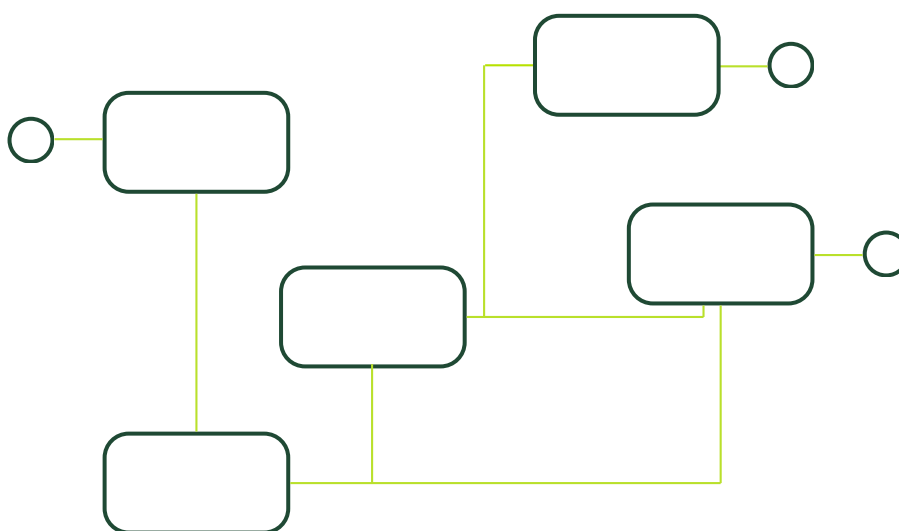
As análises tiveram como foco a verificação da conformidade com a legislação, especialmente quanto à finalidade, necessidade e base legal para o tratamento de dados, sendo emitidas orientações técnicas sempre que necessário, com vistas à mitigação de riscos e ao alinhamento às diretrizes da LGPD. Destaca-se, ainda, o início do projeto de implementação da LGPD na Companhia, voltado à organização e adequação dos procedimentos internos.

De forma complementar, a atuação da SLGPD contribuiu para o fortalecimento da governança institucional em proteção de dados, ampliando a conscientização interna sobre a relevância da privacidade e da segurança das informações. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Cidasc com a conformidade legal, a transparência e a integridade na gestão de dados pessoais, agregando valor às práticas de governança corporativa e à confiança das partes interessadas.

NÚCLEO DE GESTÃO POR PROCESSOS - NUPROC

A Gestão por Processos na Cidasc vem sendo fortalecida a partir da participação da Companhia em um projeto - Implantação do Modelo de Governança por Processos no Poder Executivo Estadual, conduzido pela Secretaria de Estado do Planejamento, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). O objetivo do Projeto é disseminar a cultura de Gestão por Processos no Poder Executivo Estadual e consolidar o Modelo de Governança por Processos mediante os NUPROC nos órgãos (Núcleos de Gestão de Processos), apoiando suas iniciativas de análise, diagnóstico e melhoria dos processos de negócio.

No âmbito desse projeto, a Cidasc vem desenvolvendo ações voltadas à estruturação da Gestão de Processos na Companhia. Entre as iniciativas, destacam-se a sensibilização das áreas internas quanto à importância da cultura de processos e a aplicação de pesquisa institucional para avaliação do nível de maturidade organizacional nessa temática. Também está sendo conduzido o levantamento e a organização do inventário de processos, classificados em gerenciais, finalísticos e de suporte, incluindo a identificação dos processos relacionados à Carta de Serviços ao Cidadão e o desdobramento dos macroprocessos por setor. Como parte dessa estruturação, estão sendo elaboradas representações gráficas dos macroprocessos, com suas respectivas descrições e classificações, além do desenvolvimento da cadeia de valor setorial, com a identificação dos serviços prestados, contribuindo para uma visão integrada das atividades e entregas institucionais.



6. DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração da Diretoria e dos Conselheiros de Administração são estipulados e tabelados pelo Governo do Estado, conforme legislação vigente, portanto, não seguem critérios desenvolvidos pela empresa.

A remuneração paga aos administradores, nos últimos exercícios, está representada nas tabelas a seguir:

Exercício 2025

Cargo	Remuneração/ Jeton *	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual **
Diretoria:	1.973.024,28				1.203.829,01
Presidente	297.726,70	-	-	-	200.253,80
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	282.479,91	-	-	-	160.101,09
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	394.352,56	-	-	-	248.168,78
Diretor (a) de Planejamento e Inovação	326.769,30	-	-	-	223.609,53
Diretor (a) Institucional	371.695,81	-	-	-	371.695,81
Conselho Fiscal:	51.286,21				47.342,81
Conselheiro (a)	17.482,63	-	-	-	15.559,57
Conselheiro (b)	14.303,97	-	-	-	12.730,51
Conselheiro (c)	6.610,15	-	-	-	6.357,32
Conselheiro (d)	12.889,46				12.695,41

Cargo	Remuneração/ Jeton *	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual **
Conselho de Administração:	84.409,32				82.357,56
Conselheiro (a)	14.303,97				14.032,58
Conselheiro (b)	17.657,46				17.471,93
Conselheiro (c)	17.482,63				17.471,93
Conselheiro (d)	4.767,99				4.593,16
Conselheiro (e)	12.714,64				11.305,33
Conselheiro (f)	1.589,33				1.589,33
Conselheiro (g)	15.893,30				15.893,30
Total	1.808.719,81				1.333.529,38

NOTAS:

* Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976). Jeton: Gratificação pela participação em reuniões de órgãos de deliberação coletiva da administração centralizada e autárquica, conforme definido em lei ou no estatuto do órgão ou entidade.

** Despesa Líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).



Exercício 2024:

Cargo	Remuneração/J eton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
Diretoria:					
Presidente	233.186,72	-	-	-	233.186,72
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	263.565,90	-	-	-	263.565,90
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	340.326,61	-	-	-	340.326,61
Diretor (a) de Planejamento e Inovação	278.147,75	-	-	-	278.147,75
Diretor (a) Institucional	266.849,26	-	-	-	266.849,26
Conselho Fiscal:					
Conselheiro (a)	15.893,30				15.893,30
Conselheiro (b)	15.893,30				15.893,30
Conselheiro (c)	14.303,97				14.303,97
Conselho de Administração:					
Conselheiro (a)	14.303,97	-	-	-	14.303,97
Conselheiro (b)	12.714,64	-	-	-	12.714,64
Conselheiro (c)	14.303,97	-	-	-	14.303,97
Conselheiro (d)	14.303,97				14.303,97
Conselheiro Representante Empregados (e)	12.714,64				12.714,64
Total	1.496,508,00				1.496,508,00

Exercício 2023:

Cargo	Remuneração/ Jeton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
Diretoria:	R\$881.990,05				R\$881.990,05
Presidente	R\$170.486,60	-	-	-	R\$170.486,60
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	R\$115.036,82	-	-	-	R\$115.036,82
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	R\$299.900,17	-	-	-	R\$299.900,17
Diretor (a) de Planejamento e Inovação	R\$130.822,61	-	-	-	R\$130.822,61
Diretor (a) Institucional	R\$165.743,85	-	-	-	R\$165.743,85
Conselho Fiscal:	R\$35.280,00				R\$35.280,00
Conselheiro (a)	R\$11.760,00	-	-	-	R\$11.760,00
Conselheiro (b)	R\$11.760,00	-	-	-	R\$11.760,00
Conselheiro (c)	R\$11.760,00	-	-	-	R\$11.760,00
Total	R\$917.270,05				R\$917.270,05

Exercício 2022:

Cargo	Remuneração/Je ton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
Diretoria:	911.482,46				499.380,32
Presidente	182.922,27	-	-	-	91.270,08
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	159.591,37	-	-	-	82.999,00
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	261.097,91	-	-	-	155.762,55
Diretor (a) de Planejamento e Inovação	146.939,11	-	-	-	75.694,94
Diretor (a) Institucional	160.931,80	-	-	-	93.653,75
Conselho Fiscal:	35.280,00				33.986,40
Conselheiro (a)	11.760,00	-	-	-	11.760,00
Conselheiro (b)	11.760,00	-	-	-	11.760,00
Conselheiro (c)	11.760,00	-	-	-	10.466,40
Total	946.762,46				533.366,72

NOTAS: Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

Bônus: Benefícios de qualquer natureza definidos em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

Participação no Lucro: Eventuais valores de participação nos lucros fixados em decorrência de previsão estatutária, destinado aos administradores, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art 152 e no 190 da Lei 6.404/1976."Art. 152. A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. § 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o limite que for menor. § 2º Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202."

Outros: Demais pagamentos destinados a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, não enquadrados nos itens anteriores. Despesa líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).